

151

## **INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA MELPAPER S.A.**

Pelo presente instrumento, como EMISSORA, **MELPAPER S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Verbo Divino, 1661, 3º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00.020.540/0001-37, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta Escritura e nela Interviente, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO**, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 50.657.675/0001-86, com sede na Cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, à Avenida Arnolfo Azevedo, nº 40, neste ato representado na forma de seus atos societários, vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 04 de setembro de 1995.

### **II - DOS REQUISITOS**

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

#### **1. Registro Na Comissão de Valores Mobiliários**

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs. 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

#### **2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária**

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

#### **3. Registro da Escritura de Emissão**

A presente Escritura, por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

RENOTAÇÃO Nº

510693

#### 4. Delegação

A eventual deliberação, no que tange às condições das debêntures constantes dos incisos VI a VIII do Art. 59 da Lei nº 6404/76, fica delegada ao Conselho de Administração da EMISSORA.

### III - DA EMISSÃO

As seguintes características serão observadas na presente emissão:

#### 1. Data de Emissão:

Para todos os efeitos legais, especialmente para o cálculo dos acréscimos financeiros e dos prazos de vencimento, a data de emissão das debêntures será 01 de setembro de 1995.

#### 2. Valor Total da Emissão:

O valor total da emissão, tendo como referência a data de 01 de setembro de 1995, será de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

#### 3. Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário:

Serão emitidas 3.000 (três mil) debêntures, com valor nominal unitário, na data da emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

#### 4. Séries:

A emissão será efetuada em série única.

#### 5. Prazo e Data de Vencimento:

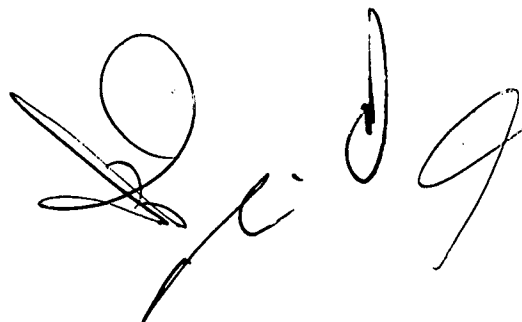

As debêntures serão emitidas por um prazo total de 03 (três) anos, a contar da data da sua emissão. O vencimento das debêntures desta emissão será em 01/09/98.

#### 6. Forma e Tipo:

As debêntures serão nominativas, não endossáveis e não conversíveis em ações.

#### 7. Espécie e Garantia Complementar:

As debêntures serão da espécie com garantia flutuante.



A EMISSORA se compromete a, a partir da data de emissão das debêntures, ou seja, 01 de setembro de 1995, não constituir, a favor de seus credores, presentes e futuros, qualquer tipo de garantia real sobre seus ativos hoje existentes, com exceção da constituição de garantia de caução de duplicatas, que poderá ser feita a qualquer momento, por qualquer valor, a critério exclusivo da EMISSORA, ou da renovação de garantias já constituídas em virtude de prorrogações de contratos firmados em data anterior à presente emissão. Na hipótese de a EMISSORA vir a adquirir novos ativos, sobre estes não pesará o compromisso ora firmado, desde que estes novos ativos não sejam adquiridos com o produto da alienação ou mediante permuta dos ativos existentes na data de emissão das debêntures.

#### 8. Forma de Pagamento:

O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

#### 9. Negociação:

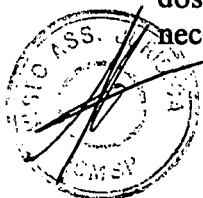
A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

#### 10. Atualização Monetária:

O valor nominal das debêntures será atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, sendo que o produto da atualização agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista na Escritura.

10.1. A apuração do montante das obrigações ou eventos que se devam liquidar em datas intermediárias que não correspondam ao primeiro dia útil bancário de cada mês, ou ainda na hipótese de o IGPM aplicável não ser de conhecimento público, será utilizado o IGPM referente ao mês imediatamente anterior ao da atualização monetária, calculado exponencialmente "pro-rata-temporis", para o período compreendido entre o primeiro dia útil do mês em questão e o pagamento da obrigação ou evento, conforme o disposto no "caput" deste item.

10.2. Na hipótese de extinção do IGPM ou se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, aquele não mais puder ser utilizado para atualização das obrigações ou eventos em questão, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas obrigações ou eventos, os novos índices de reajuste monetário ou referidas alterações dos critérios de aplicação do IGPM serão, desde logo, automaticamente, aplicáveis a esta emissão. Não havendo determinação legal para substituição do IGPM, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará Assembléia dos Debenturistas para deliberar sobre a proposta da EMISSORA a respeito da substituição necessária.



## 11. Remuneração:

11.1. - **JUROS REMUNERATÓRIOS:** Às debêntures desta emissão serão conferidos juros efetivos, pagos semestralmente, que serão sempre calculados exponencialmente por dias decorridos a partir da data de emissão ou, se ocorrido vencimento, da data do último vencimento de juros, e incidentes sobre o valor nominal atualizado. As datas de vencimentos de juros serão 01/03/96, 01/09/96, 01/03/97, 01/09/97, 01/03/98 e 01/09/98.

11.2. - No período de 12 (doze) meses contados da data de emissão das debêntures, ou seja, de 01/09/95 a 01/09/96 - "Primeiro Período de Incidência da Taxa de Juros" -, a taxa de juros aplicável às debêntures será de 12% (doze por cento) ao ano. Ao final deste Período, a EMISSORA estabelecerá, na forma do disposto no item 12 abaixo, o prazo do período de incidência de juros subsequente, a taxa a incidir nesse período e as novas condições de repactuação, se for o caso.

11.3. - Para todos os efeitos de cálculo deste instrumento, o ano será de 360 dias.

### FÓRMULA PARA JUROS REMUNERATÓRIOS NO PRIMEIRO PERÍODO DE INCIDÊNCIA DE JUROS

$$j = \text{VNA} \times [(1,12)^{\frac{n}{360}} - 1], \text{ onde:}$$

j = valor dos juros a ser pago por debênture;

n = número de dias decorridos entre a data da emissão, ou do último pagamento de juros, e a data de pagamento de juros em questão;

VNA = Valor Nominal da Debênture Atualizado, onde:

VNA = VNO x IGPM, onde:

VNO = Valor Nominal da Debênture na data da emissão;

IGPM = fator de variação acumulada do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), desde a data da emissão até a data do pagamento dos juros em questão.

11.4 - **PRÊMIO:** fica, desde já, definido que, para todo o período de vigência da emissão das debêntures, compreendido entre a data de subscrição e a data de vencimento, as debêntures farão jus a um prêmio anual, a ser pago nas seguintes datas: 01/09/96, 01/09/97 e 01/09/98.

11.5. - No período entre a data de subscrição das debêntures e a data de pagamento do prêmio - "Primeiro Período de Incidência de Prêmio" - o valor do prêmio pago às debêntures

corresponderá à diferença positiva, se houver, obtida através da fórmula abaixo apresentada. Ao final deste Período, a EMISSORA estabelecerá, na forma do disposto no item 12 abaixo, o prazo do período de incidência de prêmio subsequente, a fórmula de cálculo do prêmio a ser pago nesse período e as novas condições de repactuação, se for o caso.

### **FÓRMULA PARA CÁLCULO DO PRÊMIO NO PRIMEIRO PERÍODO DE INCIDÊNCIA DE PRÊMIO**

$P = VNs \times FP - VNA - Ji$ , onde:

P = valor do prêmio a ser pago por debênture;

VNs = valor nominal da debênture, atualizado monetariamente conforme item 10 desta cláusula, acrescido de juros desde a data da emissão até a data da subscrição;

VNA = valor nominal da debênture, atualizado monetariamente, desde a data da emissão até a data do pagamento do prêmio, conforme item 10 desta cláusula;

Ji = juros totais do período compreendido entre a data de emissão e a data de pagamento do prêmio;

FP = fator de apuração do prêmio, de acordo com o maior dos seguintes parâmetros:

a)  $FP = \pi FAi$ , onde:

$$FAi = [(1 + Ai) \times (1 + S)]^{D/360}, \text{ onde:}$$

FAi = fator de capitalização individual para cada sub-período;

$\pi FAi$  = fator de variação acumulada, obtido pela multiplicação dos fatores de capitalização individuais e consecutivos, referentes a cada um dos "sub-períodos" de incidência da taxa ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento), para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós fixada, acrescida (capitalizada) de "spread" anual, conforme definido abaixo, calculado exponencialmente por dias decorridos;

Ai = taxa ANBID, na forma decimal, sempre referenciada em termos anuais, do primeiro dia útil do respectivo sub-período;

S = "spread" fixado em 2% ao ano para o primeiro período de prêmio;

D = número de dias corridos do prazo do respectivo sub-período, sendo equivalente ao determinado pela taxa ANBID definida como Ai. O primeiro sub-período iniciar-se-á na data da subscrição. Cada período de apuração de prêmio será composto de tantos sub-períodos quantos forem necessários para cobrir seu prazo total. Caso o primeiro dia de um determinado período ou sub-período de apuração de prêmio não coincida com um dia útil, o prazo válido para FAi será contado, de qualquer maneira, a partir deste primeiro dia e respeitado o prazo determinado por Ai,

acrescido do menor número de dias necessários para que o seu vencimento se dê em dia útil. Se a taxa ANBID mais negociada for do tipo pós fixado, à taxa  $A_i$  deverá ser agregada a variação acumulada de seu respectivo fator de atualização para o sub-período em questão. Na falta de divulgação da taxa ANBID em questão ( $A_i$ ), será utilizada a última taxa ANBID divulgada dentro do período de até 15 (quinze) dias corridos que anteceder a data do primeiro dia útil do respectivo sub-período. Persistindo a ausência de divulgação da taxa ANBID, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo, pós ou pré fixados, obtida pelo Agente Fiduciário, para lotes de valor equivalente a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), que será mensalmente atualizado pelo IGPM, a partir da data de emissão, junto às seguintes instituições: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A. O prazo do último sub-período de cada período de apuração de prêmio será ajustado de tal maneira que o seu vencimento coincida com a data de início do novo período de apuração de prêmio. Caso a divulgação da taxa ANBID seja referenciada a prazo diferente de 360 dias, esta taxa deverá ser ajustada de forma a refletir a base de 360 dias; e

$D_i/360$

b)  $FP = [(1 + I) \times (1 + Si)]^{D_i/360}$ , onde:

$I$  = fator de variação acumulada do IGPM ("Índice de Geral de Preços de Mercado"), desde a data de subscrição até a data de pagamento do prêmio. No caso de a data de subscrição não corresponder ao primeiro dia útil do mês, a variação do IGPM para o primeiro mês do Período de Incidência do Prêmio será calculada pro-rata.

$Si$  = "spread" fixado em 25% ao ano;

$D_i$  = número de dias decorridos desde a data da subscrição das debêntures até a data do pagamento do prêmio.

## **12. Repactuação e aquisição obrigatória (opção de venda dos debenturistas):**

12.1. - As condições de taxa de juros e pagamento de prêmio estabelecidas no item 11 serão válidos pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de emissão das debêntures, após o qual a EMISSORA estabelecerá novas condições de remuneração das debêntures.

12.2. - O Conselho de Administração da EMISSORA deliberará sobre as novas condições de remuneração, tais como o prazo do próximo "Período de Incidência da Taxa de Juros", e "Período de Incidência de Prêmio", a taxa de juros e a sua forma de apuração e o prêmio se houver, inclusive o de permanência, se julgar necessário, bem como da época de seu pagamento.

12.3. - As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação serão publicadas pela EMISSORA, por dois dias consecutivos, sendo a última publicação no 8º (oitavo) dia útil imediatamente anterior ao dia da referida repactuação.

12.4. - A EMISSORA obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures em circulação, relativas à presente emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições de qualquer

repactuação, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido de juros e prêmio, se houver. As debêntures adquiridas desta forma poderão, a qualquer tempo, ser mantidas em tesouraria ou vendidas a terceiros..

12.5. - Para efeito do disposto no item 12.4 anterior, os debenturistas terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da primeira publicação mencionada no item 12.3 para que exerçam a sua opção de venda de seus títulos à Sociedade, cujos procedimentos serão divulgados no aludido aviso.

### **13. Preço de Subscrição:**

Para os efeitos da presente emissão de debêntures, o preço de subscrição de cada debênture é o valor nominal atualizado monetariamente até o dia da subscrição, conforme o item 10 desta cláusula, acrescido de juros, calculados exponencialmente, por dias corridos, desde a data da emissão até a data da subscrição nos termos dos itens 11.1, 11.2 e 11.3 desta cláusula.

### **14. Procedimento da Distribuição:**

Para a colocação pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado, conforme previsto no art. 33 da Instrução CVM nº 13 de 30/09/80.

### **15. Resgate Antecipado Facultativo:**

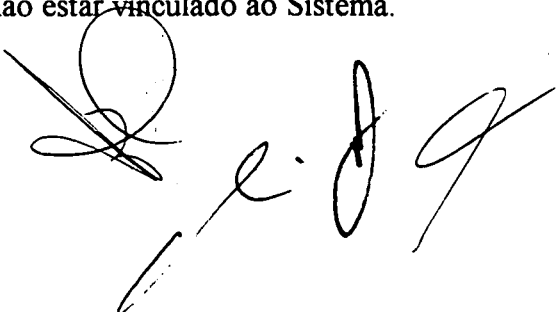
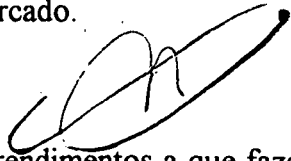
As debêntures objeto desta emissão poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério exclusivo da EMISSORA, sempre na sua totalidade, mediante pagamento em moeda corrente nacional. Para tanto a EMISSORA deverá comunicar o resgate aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, mediante publicação de aviso no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional. O resgate antecipado dar-se-á necessariamente no primeiro dia útil do mês. Na ocasião do resgate serão pagos rendimentos acumulados desde o último pagamento.

### **16. Aquisição facultativa:**

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado, acrescido de juros e de prêmio, se houver, observado o disposto no art. 55 da Lei 6404/76. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou alienadas no mercado.

### **17. Local de pagamento:**

Os pagamentos referentes ao valor nominal, atualização monetária e rendimentos a que fazem jus as debêntures objeto desta emissão, serão efetuados por intermédio do Sistema da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - Cetip, ou na sede da Sociedade ou Instituição Depositária de Custódia, na hipótese de o debenturista não estar vinculado ao Sistema.



### 18. Prorrogação dos prazos:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

### 19. Encargos moratórios - Multa e juros de mora:

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da atualização monetária, juros remuneratórios e prêmio, calculados exponencialmente pro-rata-temporis desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

### 20. Decadência dos direitos aos acréscimos:

O não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à sua disposição, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas para tanto especificadas, não lhe dará o direito ao recebimento de juros, prêmios e atualização monetária no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

### 21. Extinção dos direitos aos acréscimos:

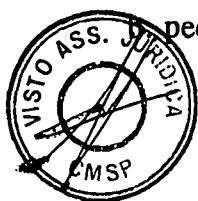
As debêntures após seu vencimento final ou vencimento antecipado não mais farão jus à atualização monetária ou aos rendimentos previstos nesta escritura, assegurados os direitos adquiridos até a data da ocorrência de um dos referidos eventos.

### 22. Vencimento antecipado:

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento do valor total atualizado das debêntures em circulação, acrescido de rendimentos, calculados pro-rata-temporis, por dias decorridos do último pagamento, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante simples comunicação escrita dirigida à EMISSORA com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

a. protestos reiterados de títulos contra a EMISSORA, que possa afetar substancialmente a sua condição financeira, salvo se efetuados por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado no prazo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência;

b. pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;





c. falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

d. decisão judicial determinando o vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da EMISSORA;

### 23. Publicidade:

Todos os atos e decisões relevantes definidos pela CVM e decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver, direta ou indiretamente, interesse dos debenturistas, deverão ser publicados na forma de "aviso aos debenturistas" no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional.

### 24. Vencimento Final e Liquidação das Debêntures:

Por ocasião do vencimento final da Emissão, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das debêntures pelo seu valor nominal, atualizado monetariamente e acrescido dos rendimentos.

### 25. Certificados de Debêntures:

A EMISSORA poderá emitir certificados de debêntures, que serão entregues aos debenturistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a solicitação.

## IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

### 1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a. dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos ao referido exercício;

b. as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202 de 06/12/93, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de juros, principal e prêmio, das debêntures, objeto desta Escritura;

3. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;



4. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, as Demonstrações Financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
5. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituição financeira autorizada para a prestação desse serviço.
6. Conduzir seus negócios com a devida observância dos regulamentos e padrões brasileiros de segurança, ambientais e profissionais.

## V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão da presente Escritura, SLW Corretora de Valores e Câmbio, <sup>LTDA</sup> qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, a EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a. sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;
- c. aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições; e
- d. não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções.

3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

4. Serão devidos pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

4.1. 01 (uma) parcela de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a ser paga no 1º dia útil subsequente à data da assinatura desta Escritura;



4.2. Parcelas semestrais equivalentes a R\$3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), a serem pagas em 01/08 e 01/02 de cada ano, sendo a primeira em 01/02/96 e a última em 01/08/98, dentro das seguintes condições:

4.2.1. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na falta deste, pelo índice de atualização do valor da emissão de debêntures, a partir de 01/09/95 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia, se necessário;

4.2.2. As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela EMISSORA;

4.2.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA;

4.2.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência do item 4 desta cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;

4.2.5. As parcelas serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, executando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

4.3. Na hipótese da presente emissão não ocorrer, por quaisquer motivos, a remuneração prevista no item 4 desta cláusula não será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

5. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO, de todas as despesas necessárias que este tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

5.1. O ressarcimento a que se refere o item 5 desta cláusula será efetuado imediatamente após a entrega, à EMISSORA, dos documentos comprobatórios das despesas incorridas para proteção dos direitos dos debenturistas.

5.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive:

a. publicações de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b. expedição de certidões; e



c. locomoções entre Estados da Federação ou ao Exterior e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.

5.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldadas na forma do subitem 5.1 acima, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

6. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

b. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c. conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e. promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

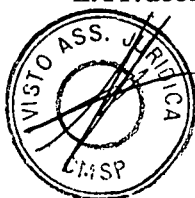
g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;

h. verificar a regularidade da constituição das garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

i. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;



- j. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- k. examinar a alteração do Estatuto Social da EMISSORA que objetive mudar o seu objeto social, ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, cumprindo-lhe (i) convocar Assembléia Especial dos Debenturistas para deliberar sobre a matéria, ou (ii) aprovar, nos termos do parágrafo 2º do artigo 57, da Lei nº. 6.404/76, a alteração proposta;
- l. convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações;
- m. comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n. elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º., letra "b", da Lei nº. 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações;
- n.1. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
- n.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
- n.3. comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- n.4. posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
- n.5. resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;
- n.6. constituição e aplicação do Fundo de Amortização de Debêntures, quando for o caso;
- n.7. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos Administradores da EMISSORA;
- n.8. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- n.9. cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
- n.10.declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- n.11.declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias prestadas às debêntures.



o. colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais;

o.1. na sede da EMISSORA;

o.2. no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

o.3. na CVM;

o.4. nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

o.5. nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.

p. publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;

q. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais, se for o caso;

r. coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;

s. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

t. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

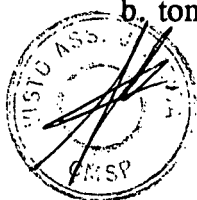
t.1. à CVM;

t.2. às Bolsas de Valores, quando for o caso.

7. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

a. declarar antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições da presente Escritura;

b. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;



c. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA; e

d. requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem garantias.

7.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

7.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 7 desta cláusula, se, a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "c" do item 7 desta cláusula.

7.3. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO. A substituição não implicará em remuneração ao novo AGENTE FIDUCIÁRIO superior à ora avençada.

8.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

8.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia dos Debenturistas especialmente convocada para este fim.

8.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº. 28, de 23 de novembro de 1983 e normas posteriores.



8.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de emissão, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada esta Escritura.

8.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por ato da CVM.

## VI - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

4. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

5. A Assembléia poderá, pelo voto de titulares da metade, no mínimo, das debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das debêntures;

6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas;

7. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

## VII - DA RENÚNCIA

Não se presumirá a renúncia a quaisquer direitos decorrentes da presente Escritura, ainda que não venham, em qualquer ocasião, a ser exercidos.

## VIII - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.



Encontrando-se as partes assim ajustadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

25.º São Paulo, 05 de setembro de 1995

25.º  
CARLOS E. CELESTINO

EMISSIONA: .....

AGENTE FIDUCIÁRIO: *Antonio Carlos Bueno Junior* .....

SLW CORRETORA DE VALORES E CAMBIO LTDA.

TESTEMUNHAS:

25.º  
CARLOS E. CELESTINO

Rita Márcia F. de Toledo

Antonio Carlos Bueno Junior

119 Registro Civil de Santa Cecilia  
Rua Conselheiro Brotero, 879 - SP - Fone: 67-2642

Reconheço, por semelhança, a firma de: ANTONIO CARLOS BUENO JUNIOR, a qual confere com o padrão depositado em arquivo.

São Paulo, 18 de outubro de 1995.  
Em testemunho da verdade.

Firma 0,70; Proc. Dados 0,00; Total 0,70;

REGISTRO CIVIL - STA. CECILIA

FERNANDO NAVARRO - OFICIAL

THEREZINHA S. V. NAVARRO

MARCIA HELENA MARONE

SERGIO PAULO DE ARAUJO

ADEMIR APARECIDO MONTEIRO

RICARDO DE JESUS BASTOS

Subst.

Esc. Aut.

REGISTRO CIVIL - STA. CECILIA

FERNANDO NAVARRO - OFICIAL

THEREZINHA S. V. NAVARRO

MARCIA HELENA MARONE

SERGIO PAULO DE ARAUJO

ADEMIR APARECIDO MONTEIRO

RICARDO DE JESUS BASTOS

Subst.

Esc. Aut.

119 Registro - Subdistrito de Santa Cecilia  
Rua Conselheiro Brotero, 879 - SP - Fone: 67-2642

Reconheço, por semelhança, as firmas de: PETER THOMAS GRUNBAUM WEISS e JOAO ALBERTO LOPES, as quais conferem com os padrões depositados em arquivo.

São Paulo, 11 de setembro de 1995.  
Em testemunho da verdade.

Firma 1,40; Proc. Dados 0,00; Total 1,40;

